

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO
FÁTIMA DA CRUZ RODRIGUES

Des-cobrir a Europa. Filhos de Impérios e Pós-Memórias Europeias

Introdução
Des-cobrir a Europa

Desde o início dos anos 2000, e em particular na última década, as interrogações sobre os silêncios públicos e privados e os não-ditos dos vários passados coloniais europeus e dos seus reflexos no presente começaram a ganhar novos sujeitos políticos, a assumir um caráter concreto na arena social e política e a obter uma grande repercussão mediática, criando um movimento sem precedentes. No seu conjunto, estes processos trazem à luz um aspeto de grande relevância política: a questão colonial não terminou com aqueles que a protagonizaram ou a sofreram. Está viva nas gerações seguintes, onde reencena, de variadas formas, o espectro mais íntimo do subconsciente europeu¹: o seu fantasma colonial, que se manifesta *inter alia* na forma de “transferências de memória”² colonial – como o racismo, a segregação, a exclusão, a subalternidade – ou na forma de “erupções de memória”³ – que podem ir da revolta violenta à nostalgia colonial transmitida –, questionando assim a essência das sociedades multiculturais europeias. São sinais de uma Europa complexa a descolonizar-se do passado, a descolonizar-se das suas ex-colónias, a libertar-se das imagens do ex-colonizador e do ex-colonizado, a olhar para os fantas-

¹ António Sousa Ribeiro fala do “inconsciente colonial europeu”, in António Sousa Ribeiro (2021), “O inconsciente colonial europeu”, *MEMOIRS/ MAPS NEWSLETTER*, #125, 27 fevereiro. https://memoirs.ces.uc.pt/ficheiros/4_RESULTS_AND_IMPACT/4.3_NEWSLETTER/MAPS_MEMOIRS_newsletter_125_ASR_pt.pdf. Este aspeto é ainda desenvolvido pelo autor no capítulo do seu livro, “Pós-memória: um conceito (ainda) emergente”, in António Sousa Ribeiro (org.) (2021), *A Cena da Pós-Memória – o presente do passado na Europa pós-colonial*. Porto: Afrontamento, pp.15-28.

² Stora, Benjamin (1999), *Le transfert d'une mémoire: de l'Algérie française au racisme anti-arabe*. FeniXX.

³ Esta expressão foi utilizada por António Costa Pinto na sua apresentação na reunião da Fundação Europeia da Ciência, “Guerras Coloniais: Traumas Coletivos, Memórias Europeias”, organizada pelo Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, nos dias 1 e 2 de outubro de 2011.

mas contidos nos seus objetos museológicos e nas suas narrativas, e, portanto, são indícios de uma Europa que, ao rever as suas narrativas nacionais, equaciona outro futuro. Um futuro em que as histórias, os objetos, as imagens sobreviverão nas mãos dos filhos, quando já não houver a memória direta da experiência. Essa ausência da experiência e reivindicação de uma herança é a pós-memória⁴. No limite, ela é a expressão da persistência da memória nas gerações seguintes, tanto no espaço privado como no espaço público.

O que se passa então neste processo? Assistimos hoje à transformação de reminiscências de infância e experiências alheias das gerações anteriores em capital memorial próprio e, portanto, em herança, com todos os seus mecanismos de apropriação, escolha, reelaboração e pertinência face ao momento atual. Esta herança exprime-se em diversas escalas: individual, familiar, coletiva, que, por sua vez, pode ser grupal, nacional ou global. Ao afirmar-se na arena pública, ela é eminentemente política e cultural. Em alguns casos, assistimos também à transformação em experiência estética das experiências indiretas transmitidas e herdadas. É aí que encontramos as obras na “condição da pós-memória” na definição de António Pinto Ribeiro⁵ (2021), ou seja, obras questionadoras e desassombradas sobre as heranças coloniais e as suas projeções no presente, que, a partir dos anos 2000, marcam a paisagem artística contemporânea, do cinema às artes performativas, da música às artes visuais e à literatura, onde a temática é tratada com a delicadeza íntima que o assunto requer e as novas linguagens que a expressão das fraturas e cicatrizes privadas e públicas exige.

Esta conjugação entre o privado e o público, entre o objetivo e o subjetivo, a memória e a história, não sendo absolutamente nova e tendo sólidos antecedentes, é, na sua expressão global e comunicacional, nova. Os movimentos globais *Black Lives Matter* ou *Rhodes must Fall*, os apelos à restituição de objetos roubados no período colonial ou às reparações pela escravatura, são a expressão mais visível de uma série de demandas de caráter inicialmente nacional que encontraram eco numa demanda de justiça global, ligada à história dos acontecimentos e à reivindicação da herança política de vivências encobertas das gerações anteriores que se prolongam no presente.

⁴ Cf. Vecchi, Roberto (2020), “As impotências da pós-memória” *MEMOIRS/ MAPS NEWSLETTER*, #103, 23 maio 2020.

⁵ Ribeiro, António Pinto (2021), *Novo Mundo – Arte Contemporânea no Tempo da Pós-Memória*. Porto: Afrontamento.

Mas, ao mesmo tempo que assistimos a movimentos globais como os acima mencionados, que nos apontam para passados comuns a reclamar no presente, assistimos também a uma grande dificuldade em ultrapassar as memórias nacionais, e até grupais, recuperando, assim, um ambiente dicotómico que estabeleceu as guerras coloniais agora prolongadas em “guerras de memórias”, com a presença de um discurso nacionalista incapaz de se desfazer das retóricas de excecionalismo que moldaram todas as nações e todos os colonialismos europeus, ligados a um tempo de estado-metrópole-nação. Foi este estado-nação que foi colocado sob suspeita perante os movimentos populacionais maciços que tiveram lugar no período pós-descolonizações. As imagens a que estas pessoas apelavam, de colonizador, de colonizado, de assimilado, de ex-combatente, eram estranhas em territórios europeus e as suas novas identidades – *pied-noir*⁶, retornado⁷, ex-combatente das guerras coloniais –, para si próprias estranhas, tinham, de facto, sido adquiridas no próprio processo de travessia que cumpria este movimento. Há mais de cinquenta anos, estas pessoas traziam em si um misto de encoberto, novidade, exotismo, fuga, que, ao mesmo tempo que repelia, seduzia; no contexto dos regressos, a logística que foi necessário implementar nas até então metrópoles tornaria muito difícil a ocultação, e, num inquestionado prolongamento da atitude colonial, tentou-se tornar natural o que não era natural, oferecendo soluções coloniais para os problemas pós-coloniais que estas populações⁸, extremamente diversas, representavam.

A história destes representantes do império – retornados, *pieds-noirs*, antigos combatentes das guerras coloniais, africanos que então chegavam à Europa – era parte da história das nações europeias onde passaram a viver? Que sentimento de estranhamento, de exílio ou de diferença percorria estas comunidades tão diferentes? O que as afastava e o que as unia? Como hoje nos é possível ver, a sua presença assinalava a transição da Europa como continente colonizador para uma Europa

⁶ Em 1830, a Argélia tornou-se uma colónia francesa de povoamento. Em 1848 passou a ser um departamento francês. *Pied-noir*, como retornado em português, refere-se, maioritariamente, aos franceses nascidos na Argélia e que vieram para França aquando da descolonização em 1962. Estima-se que terá chegado a França cerca de um milhão de pessoas.

⁷ Retornados é a palavra genericamente utilizada para designar as populações que vieram das antigas colónias africanas portuguesas de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974 e das independências, em 1975. Trata-se maioritariamente de populações brancas, nascidas ou não nas antigas colónias africanas.

⁸ Num diferente contexto os seguintes autores referem uma ideia semelhante. Barnor, Hesse; Sayyid, Bobby, “Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary”, in N. Ali *et al.* (orgs.) (2006), *A Postcolonial People: South Asians in Britain*. London: Hurst & Company, pp. 13-31.

pós-colonial, mas foi sobre estas dúvidas e, muitas vezes, sobre esta ferida aberta de desterritorialização que os filhos e netos destas populações cresceram. Como entender os silêncios? Como lidar com a nostalgia de uns e a revolta de outros? Como descobrir hoje que o nome de Amílcar Cabral nunca tenha sido ensinado às crianças portuguesas nas salas de aula do Portugal revolucionário do pós-25 de Abril de 1974? Ou como compreender a existência de tantas pessoas com o nome de Abdelkader em França?

Des-cobrir a Europa – Filhos de Impérios e Pós-memórias Europeias, o livro que aqui se apresenta, insere-se no trabalho realizado pelo projeto *Memoirs – Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias*, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação e coordenado por Margarida Calafate Ribeiro, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Tratou-se de um projeto sobre a diversidade europeia que identificou a herança colonial como uma questão transversal determinante para a definição da Europa contemporânea em si mesma e no mundo. Assentava numa reconceptualização do conceito de pós-memória como apropriação por uma segunda geração do capital de experiência, nomeadamente de experiência traumática, de uma geração anterior que viveu os processos de descolonização de territórios colonizados por Portugal, França e Bélgica, onde ecoam memórias de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Argélia e Congo. Numa perspetiva comparativa e transnacional, *Memoirs* concentrou-se, portanto, no estudo das memórias intergeracionais dos filhos e netos daqueles que viveram os dias finais do colonialismo e das lutas pela independência – filhos de repatriados, de *pieds-noirs*, de retornados, de ex-combatentes das guerras coloniais, de ex-colonizadores, de ex-colonizados, de refugiados – e nessa perspetiva formulou as suas perguntas de investigação, nunca antes abordadas à escala europeia. Como se deu a transferência de memória intergeracional relativamente ao processo do final do colonialismo europeu? Como se manifesta esta memória social e culturalmente na Europa de hoje? Qual é o impacto dessa memória, muitas vezes latente, na Europa do nosso presente?

Memoirs foi construindo uma resposta abrangente para as suas perguntas realizando cento e sessenta e oito entrevistas a descendentes de segunda e terceira geração de ex-colonizadores, ex-combatentes e ex-colonizados, nascidos entre 1952 e 1991, que vivem maioritariamente em França, na Bélgica e em Portugal⁹, anali-

⁹ Não cabe no âmbito desta introdução justificar a escolha destes países, tão só referir que se trata de países muito diferentes na Europa e na história europeia, mas que tinham pontos de contacto na conceção

sando as suas memórias e as suas representações artísticas em cinco áreas – artes visuais, literatura, artes performativas, cinema e música –, lendo múltiplas obras críticas, acompanhando os eventos políticos e artísticos e participando nos debates dos últimos anos, com comunidades académicas, ativistas, artistas e outros agentes culturais.

Nesse sentido, o projeto desenvolveu investigação pioneira sobre o impacto das heranças coloniais nas gerações seguintes, ou seja, naqueles sujeitos que têm memórias difusas de infância ou, na sua maioria, que já não viveram os processos das guerras coloniais e das descolonizações e que, através das memórias familiares e públicas, os herdaram e hoje os questionam, transformando, muitas vezes, essas heranças e interrogações em gestos artísticos. Trata-se de um conjunto de pessoas muito diverso que tem uma herança comum: viram as vidas dos seus pais ou avós atravessadas por um momento da história extremamente marcante pela revolução que introduziu nas suas vidas, na configuração dos seus países e das suas identidades uma herança sobre a qual produziram diversos silêncios, narrativas, memórias e outras tantas interrogações. O que nos interessa reter nas conceptualizações referidas é, por um lado, a relação intergeracional que subjaz a esta memória dos descendentes e a questão da transmissão e da herança; e, por outro lado, a ligação que esta memória familiar, profunda e fundadora de um indivíduo, encontra com as memórias públicas e com as suas experiências presentes hoje como cidadãos e artistas europeus. A partir de dezenas de entrevistas e da análise de produções artísticas nos três países em estudo, examinámos a presença destas memórias mediadas, dos seus silêncios e das suas interrogações, ou seja, do lado subjetivo da história, seja na experiência quotidiana, seja através das múltiplas e diversas narrativas artísticas que têm vindo a surgir, sobretudo a partir dos anos 2000. Trata-se, portanto, de uma geração muito diversa de filhos destes antigos impérios, para quem esta história é já uma representação e que a reinterrogam não apenas enquanto evento passado que na sua micro-história desenha a história familiar, mas nas suas

dos seus impérios modernos, na visão da nação e da sua relação com a colónia, nas políticas coloniais aplicadas, nas guerras coloniais que empreenderam e nas justificações que as motivavam do ponto de vista das metrópoles: a França na Argélia de 1954-1962 e Portugal em Angola (1961-1974), Guiné-Bissau (1963-1974) e Moçambique (1964-1974). Estes elementos de diferença e semelhança são pertinentes do ponto de vista comparativo. Acresce ainda que o impacto político que as descolonizações tiveram nas antigas metrópoles e a semelhança dos movimentos populacionais que viveram nas pós-descolonizações oferecem outros elementos muito produtivos para uma análise comparativa inicial do ponto de vista das heranças coloniais das segundas e terceiras gerações na Europa.

projeções no presente, procurando genuinamente conhecer uma história outra, relativa às origens dos seus pais e, concomitantemente, dos seus países.

Nos primeiros anos dos processos migratórios e do “retorno” tanto das guer-ras como das antigas colónias europeias em África, o silêncio foi talvez a maior herança transmitida às gerações seguintes, como tão bem mostraram Florence Dosse no seu estudo sobre filhos de mobilizados intitulado *Les Héritiers du Silence – enfants d’appelés en Algérie* (2012), Hubert Ripoll em *L’oubli pour mémoire* (2019), relativo a filhos de antigos colonos e funcionários na Argélia (*pieds-noirs*), Clarisse Buono em *Pieds-noirs de père en fils* (2004), como, mais recentemente, se revela nos textos de descendentes da Argélia reunidos no livro *L’Algérie en héritage* (2020), organizado por Martine Mathieu-Job e Leïla Sebbar, e, como pudemos nós próprios verificar no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no âmbito do projeto de investigação “Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações” (2007-2011) e, desde 2016, no projeto *MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-memórias Europeias*, que, como dito, está na origem deste livro¹⁰. Havia, nestas famílias tão diversas – na condição social, na ligação à colónia, na faixa etária, na cor, na reli-gião, nas línguas –, uma necessidade de luto sobre a perda que as várias formas de rutura introduziram de forma avassaladora nas vidas das pessoas e na vida dos países, a que se juntavam razões de natureza sociopolítica e de legitimação dos poderes saídos da reconfiguração das nações europeias e africanas, convidando, no seu conjunto, apesar da radical diferença, ao silêncio.

Hoje, em que o diálogo familiar se modifica pela aposentação dos pais ou pelo seu desaparecimento, pela mudança de gerações no poder e na vida pública, pela consciencialização política ativa de muitos cidadãos em relação ao passado colonial europeu, pela abertura de arquivos e a multiplicação de estudos, obras, documentários e filmes que tocam estes assuntos, assistimos à interrogação desse e de outros silêncios não apenas familiares, mas públicos, ao se perceber que a história do pai ex-combatente, dos pais *pieds-noirs* ou retornados, dos pais imigran-tes mas com ligações aos movimentos de libertação (só para dar alguns exemplos de uma enorme heterogeneidade de casos), se inscrevem numa silenciada história do país onde vivem. Como afirma um dos nossos entrevistados genericamente

designados como filhos de imigrantes argelinos, “É esta história que eu trago para França para ser francês”.

Hoje, a interrogação sobre estas histórias familiares mais ou menos fantas-máticas ligadas a um lugar-outro, onde se passou uma parte substantiva da vida dos pais e avós, ou do pai como combatente, é muito produtiva. Parte de grupos muito heterogêneos e portadores de memórias e experiências muito diferentes e conflituosas entre si. Mas todos, de alguma maneira, sentiam que as histórias de que eram herdeiros estavam fora do discurso da nação em que os seus pais se integraram ou tentaram integrar após as descolonizações, e essa exclusão, agravada pela situação de perda que tinham vivido e que recordavam, tornava-se duplamente traumatizante e, assim, involuntariamente transmitida às gerações seguintes.

A “casa ausente” de que fala Aleida Assman (2011)¹¹, no sentido familiar, ganha, assim, os contornos da casa-país e, no limite, da casa-Europa, que, sendo sua, não os inclui totalmente na narrativa. A transferência da casa-país africana para o espaço europeu é uma impossibilidade, e a primeira geração viverá essa frustração alimentando sempre uma mitologia de retorno, epitomizada na frase de Bruno, filho de um retornado e da Guerra Colonial, relativamente ao seu pai há mais de quarenta anos a viver em Lisboa: “O meu pai ainda vive em Angola”. Os objetos que sobreviveram às mudanças e travessias, as histórias, as fotografias e outro património imaterial que identifica estes sujeitos com o passado africano dos seus antecessores, e que vai da religião à língua, da culinária aos hábitos sociais, à música, à rádio e a uma atmosfera indefinível, alimenta um *ailleurs*, um *outro lugar*, olhado pelas gerações seguintes não como um espaço nacional, mas como um lugar mais ou menos fantasmático de pertença, um lugar onde ficou uma histó-ria que parecia que lhes estaria destinada. Daí muitas vezes a necessidade expressa por muitos dos nossos entrevistados de fazer uma viagem a esse país, a esse espaço. Se a dupla nacionalidade afirma muitas vezes esta condição de pertença, também não é a nacionalidade única que inibe essa condição. Mas há, por certo, uma neces-sidade de reconhecimento em que a nacionalidade, até por razões práticas e de vivência pacífica, se torna uma forma de pertença e a sua dificultosa obtenção um processo de retraumatização intergeracional, como uma herança de exclusão que passa de pais para filhos.

¹⁰ O livro organizado por António Sousa Ribeiro (2021) *A Cena da pós-memória – o presente do passado na Europa pós-colonial*, Porto: Afrontamento, oferece uma cartografia concetual, contextual e interpre-tativa do projeto.

¹¹ Assmann, Aleida (2011), *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp.

Os jovens que, no dia 17 de outubro de 2021 em Paris, acompanharam o presidente francês Emmanuel Macron na sua homenagem memorial no local em que ocorreu, em 1961, o massacre de argelinos que se manifestavam pela paz na Argélia, então em guerra de libertação contra a França, estabelecem a relação entre o racismo quotidiano de que são alvo (ou de que os seus pais foram alvo) e a recordação desta data em que os seus antecessores se manifestaram. Nesta linha, e como nos recorda uma das nossas entrevistadas, “a Guerra da Argélia não é passado, foi transferida para França” e, de alguma forma, isto compõe uma pós-memória francesa relativamente a este episódio dilacerante, ou seja, é uma pós-memória estrutural francesa. Trata-se, portanto, não apenas de heranças e objetos que persistem na memória familiar, mas de um quadro mental público que sobrevive no quotidiano, assinalando as diferenças e reproduzindo quadros de violência sistémica que permanecem e que os sujeitos reconhecem no seu quotidiano. São esses os fantasmas que os perseguem e que lhes dão a energia para reclamar o presente. Será muito diferente nos casos português e belga que estudámos?

Os jovens africanos negros portugueses que, em 2019, desciam a Avenida da Liberdade em Lisboa, juntando-se às celebrações do 25 de Abril de 1974, com a faixa “O 25 de Abril nasceu em África”, estão a afirmar a sua identidade portuguesa pela contribuição africana dos seus antecessores na revolução de 25 de Abril de 1974, obrigando a estabelecer a relação entre a liberdade conquistada com o fim da ditadura fascista de quarenta e oito anos que a revolução trouxe a Portugal e o sangue de África que ela contém, da Guerra Colonial que, ao longo de treze anos, teve lugar em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e que está na origem do dia 25 de Abril de 1974. É assim que estes jovens inscrevem contemporaneamente a sua cidadania portuguesa na memória celebratória do 25 de Abril de 1974.

Desde os anos 1960 que a guerra da Argélia não ocupa um lugar de tanto destaque nas notícias e debates em França, onde as crises migratórias, o islamismo, os traumas de guerra e nostalgia colonial se misturam, atingindo (estima-se) cerca de 39% da população francesa atual, entre filhos de imigrantes, ex-combatentes, *harkis*¹², *pieds-noirs*; nunca a estátua de Leopoldo II na Bélgica foi tão vandalizada,

¹² Homens argelinos que serviram nas Forças Armadas Francesas durante a Guerra da Argélia (1954-1962). Com a independência, uma parte pequena do contingente veio para França com as suas famílias, sendo alojados em campos militares em condições muito precárias, outros fugiram clandestinamente. A maior parte ficou na Argélia, sendo muitos massacrados pelo regime saído da independência. A 20 de setembro de 2021, o presidente francês, Emmanuel Macron, reconheceu esta situação, tendo pedido perdão em nome da França.

pintada e contestada pelos crimes contra a humanidade deste rei no Congo e nunca a monarquia belga, através do seu Rei, que tem hoje a idade do Congo independente, emitiu tão sonoras declarações relativamente aos crimes do passado colonial belga, como aquela a que assistimos nas celebrações dos sessenta anos da independência do Congo.

Observando estes movimentos globais, europeus e nacionais, a pergunta seguinte seria: será, por exemplo, o fantasma argelino francês tão singular no âmbito das heranças coloniais europeias? É claro que a questão argelina questiona o nacionalismo francês no seu âmago e epitomiza os malogros de uma nação sucessivamente em guerras e derrotas ao longo do século XX, mas é este fantasma comparável ao fantasma português de uma Angola também entendida constitucionalmente como parte da nação portuguesa? Será a *nostalgérie*¹³ em França tão diferente das lógicas do pós-lusotropicalismo¹⁴ português? Certamente que sim, a começar pela enorme concorrência memorial de todo o drama da Segunda Guerra Mundial que percorre a Europa, mas será, apesar de tudo, produtivamente comparável? Serão as heranças do colonialismo belga legíveis apenas a partir da figura avassaladora de Leopoldo II? Como ler a projeção memorial e afetiva nas novas gerações das mensagens de malogrados líderes africanos como Patrice Lumumba ou Amílcar Cabral?

A dimensão analítica comparativa que o próprio Frantz Fanon, na sua análise sobre as lutas que lhe eram contemporâneas, lançava, ao definir Angola e as lutas de libertação dos povos sob o colonialismo português como uma “segunda Argélia” e o que Michael Rothberg definiu como “memória multidirecional” – em particular, a conjugação contextual que apresenta com a memória do Holocausto na era das descolonizações¹⁵ – mostram-nos a produtividade da comparação e da leitura multidimensional geradora de outras possibilidades interpretativas. A memória multidirecional inscreve na leitura comparativa o desafio que o significado e reconfiguração de um evento nos pode dar para reconfigurar outros, ou seja, como o próprio Michael Rothberg expõe no seu livro, o desafio de pensar como o desen-

¹³ Expressão que designa a nostalgia/melancolia que muitas populações vivem de forma traumática na sequência da saída da Argélia na altura da independência do país após anos de guerra. Sentimentos de desterritorialização, melancolia, exílio, saudade, caracterizam esta forma de estar.

¹⁴ A expressão, já muito utilizada, é de Miguel Vale de Almeida (2000), em *Um mar da cor da terra: Raça, cultura e política de identidade*. Oeiras: Celta Editora.

¹⁵ Rothberg, Michael (2009), *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford, California: Stanford University Press.

rolar da descolonização nos anos 1950 e 1960 ajudou a moldar a forma como refletimos sobre os primeiros acontecimentos do genocídio nazi, e, subseqüentemente, como o Holocausto pode transformar a nossa compreensão do que veio antes dele, ou seja, nos casos sob análise do colonialismo, das guerras coloniais e da descolonização.

Reduzindo agora a escala e concentrando-nos nos casos que aqui nos ocupam, que ideias e entendimentos podemos tirar do facto de, em 1961, Portugal iniciar a Guerra Colonial em Angola, assistirmos no Congo à prisão e assassinio do jovem primeiro-ministro Patrice Lumumba, em França se dar o massacre de argelinos que se manifestavam pela paz na Argélia em guerra em 17 de Outubro em Paris e, um mês depois, ser publicado pelas edições Maspero *Les Damnés de la Terre*, pouco antes da morte do seu autor, Frantz Fanon? Em abril deste mesmo ano, decorria em Jerusalém o julgamento de Eichmann. E como é que tudo isto hoje se repercute na atualidade e nos permite comparar, compreender o presente e iluminar o futuro? De que forma poderemos sair dos traumas e assombrações nacionais da Argélia para França, Angola para Portugal, o Congo para a Bélgica, da Índia para os britânicos ou da Indonésia para os Países Baixos?

São estas e outras as questões que contam para os filhos e os netos dos movimentos populacionais pós-descolonizações que hoje se interrogam sobre a sua forma de ser português, francês, belga ou franco-argelino, belgo-congolês, ou seja, que interrogam a ligação entre o país de origem das suas famílias e a relação com o seu país de nascimento. Qual é a complexidade desta relação para além da “história de família”? É a “história de família” parte da história do país? Aquilo a que assistimos hoje é à ligação entre as situações presentes e as vivências dos seus antecessores, as lutas pela libertação dos países dos seus pais e o racismo que sentem no quotidiano; a comemoração do fim do fascismo em Portugal no 25 de Abril e a reclamação de memória de que o “25 de Abril nasceu em África”. Estas memórias devem ser restituídas e é nesta medida que a pós-memória se revela como um legado ativo.

A proposta deste livro é, a partir das subjetividades de cada um e de cada uma dos nossos entrevistados, filhos e filhas destes fenómenos históricos e políticos, dar voz a estas histórias que nos oferecem linhas transnacionais de análise da Europa pós-colonial e das suas heranças analisadas a partir das vivências contemporâneas de uma geração marcada por esta herança e argumentar sobre a possibilidade de construção de uma memória europeia transnacional relativamente ao passado

colonial, própria de um tempo em que assistimos a uma globalização da relação entre o lembrar o passado e o demandar justiça no presente.

Neste livro, situamo-nos, como no projeto *Memoirs* inicialmente referido, nos contextos português, francês e belga, e passamos a palavra a trinta e sete cidadãos e cidadãs, que generosamente nos concederam o seu tempo e as suas memórias e cujas histórias e reflexões pessoais exercem um questionamento pós-memorial sobre estes passados e as suas sombras e os seus silêncios, mas também as suas alegrias e realizações, no presente. Trata-se de um conjunto de entrevistas que, a partir do núcleo familiar e dos elos internos com os territórios de pertença, imaginam a geografia que lhes foi transmitida, ora como nostalgicamente imperial, ora como uma geografia anti-imperial, ora como um lugar-mãe, ora, hoje, como um lugar-fantasma, onde se depositaram todas as utopias. É este território imaginado como património – geográfico, sanguíneo, cultural, político – que permite des-cobrir uma outra história, oculta, silenciosa ou silenciada, ou até ativamente rasurada, por trauma, pudor, vergonha, ressentimento, mas que os/nos explica hoje.

A partir do olhar dos herdeiros, este livro reflete, a múltiplas vozes, sobre esses tempos antigos que paradoxalmente contêm uma história que não viveram, mas que os/nos define. Ao re-descobrirem esta história europeia em que se inscrevem e que, por sua vez, se inscreve noutras paragens outrora imperiais, reclamam-na não apenas como sua, mas como parte dos seus países europeus, ao mesmo tempo que encontram os fios míticos que ligam as relações coloniais de outrora aos fenómenos contemporâneos da nostalgia, do racismo, da discriminação ou da hipocrisia política das relações entre as antigas metrópoles colonizadoras e as antigas colónias. Por isso, questões como cidadania, pertença, herança, mas também reparação, restituição e denúncia são abordadas gerando uma dialética intergeracional complexa e nova que aponta para possíveis soluções e recusa a prossecução do que seria uma retraumatização intergeracional, ao mesmo tempo que recusa as lógicas do esquecimento. Baseia-se num olhar atento a outros lados da história, necessariamente subjetivo e pleno de experiências alheias, geradoras de múltiplos laços afetivos, familiares, políticos, que contribuem para melhor entender esta história comum de memórias muito diferentes que une a Europa e o continente africano.

Estas entrevistas não foram apenas momentos de recolha de dados para um projeto. Foram momentos de coprodução de conhecimento e de consciencialização histórica nossa e do/a entrevistado/a sobre o sujeito social e político europeu que ele/ela constitui e de como a sua história familiar se integra na história do seu país

e da Europa. Para alguns dos artistas envolvidos, estas entrevistas foram também uma oportunidade para a reflexão crítica, a partilha e a criatividade. Em vários casos, desenvolveram-se novos projetos de colaboração para lançar luz sobre o significado dos encontros coloniais no enquadramento da autoconsciencialização pós-colonial da Europa.

No seu todo, este livro oferece-nos momentos novos de uma “cidadania da memória”¹⁶ europeia em relação às heranças coloniais. A diversidade de histórias, acontecimentos e subjetividades a elas associadas dá-nos conta da complexidade do problema, a partir das vozes dos seus atores. Trata-se de histórias herdadas, memórias e opiniões de pessoas que estão a refletir sobre esta herança comum hoje na ordem do dia das agendas políticas dos países europeus, seja na museologia, no ensino, na segurança, nas relações externas, na criação artística. Trata-se de um conhecimento novo que produz sugestões inovadoras para um problema europeu em que todos estamos comprometidos. A ele ligam-se, como temos vindo a ver na esfera pública, as políticas de memória, as políticas públicas de ensino e assistência, as conceções inovadoras das relações norte-sul, um futuro comum. A Bélgica tem sido palco de grandes debates, a começar pela reformulação do mais antigo museu colonial europeu, em Tervuren, o AfricaMuseum – Museu Real da África Central, que contém a maior coleção de objetos da África Central do mundo –, transformando-o num museu pós-colonial. A França tem vindo a ser um palco destes diálogos e o facto de em 2022 se comemorarem os sessenta anos dos Acordos de Evian¹⁷, que estiveram na origem do reconhecimento da independência da Argélia, não é, neste contexto, algo que possamos ignorar. Portugal está à beira de comemorar os cinquenta anos do 25 de Abril de 1974. Trata-se de momentos em que memória e cidadania se conjugam e momentos de reflexão das várias comunidades sobre este passado comum de memórias tão diferentes, mas sobre o qual decididamente as gerações mais jovens querem criar um futuro, como este livro tão bem nos demonstra. É neste momento social, político, cultural e artístico que este livro se inscreve. A sua dimensão comparativa ajudará, certamente, a perceber a transnacionalidade da questão colonial e das suas heranças e, nessa medida, ajuda-nos a procurar soluções que irão além das nações europeias, mas poderão

vir a configurar-se como soluções de uma Europa pós-colonial. As histórias pessoais apresentadas neste livro e as obras artísticas aqui referidas estão na vanguarda do debate pós-colonial europeu, em que se definem novas formas de uma cidadania europeia pós-nacional e transterritorial, e situam-nos no âmago do futuro da Europa e das suas democracias.

Ao longo de vários anos, no âmbito do projeto *Memoirs*, as investigadoras Margarida Calafate Ribeiro, Fátima da Cruz Rodrigues, Fernanda Vilar, Mónica Silva e os investigadores António Pinto Ribeiro, Felipe Cammaert, Roberto Vecchi, Bruno Sena Martins e Miguel Cardina realizaram dezenas de entrevistas a cidadãos comuns, artistas e escritores dos três países em estudo, seguindo um guião previamente estabelecido, de acordo com os objetivos do projeto. Para a realização dos vários estudos sobre a Europa em desenvolvimento no projeto, estas entrevistas foram transcritas numa média de 50 a 60 páginas por entrevista e analisadas. O livro que apresentamos é o resultado de um trabalho de seleção efetuado pelas investigadoras Margarida Calafate Ribeiro e Fátima da Cruz Rodrigues. Não se trata da publicação das entrevistas integrais, mas de um conjunto de textos relativamente curtos, escritos pelas autoras do livro, com base nos testemunhos recolhidos, em que as vozes e as histórias das pessoas que hoje vivem estas heranças coloniais são reveladas e nos falam. Mantém o registo pessoal e todos os textos foram revistos e têm o acordo dos nossos e das nossas entrevistadas. Alguns textos apresentam também uma parte visual escolhida pelo/a entrevistado/a. A eles e a elas dirigimos o nosso profundo agradecimento por este trabalho conjunto que trazemos a público. «*A infelicidade transmutada na margem do rio Ner*», texto oferecido pelo escritor português Paulo Faria, encerra provisoriamente o caminho traçado neste livro de re-descoberta da Europa, a partir de múltiplos lugares e imaginários de enunciação e de pertença.

¹⁶ A expressão é de Michael Rothberg e Yasemin Yildiz (2011), “Memory Citizenship: Migrant Archives of Holocaust Remembrance in Contemporary Germany”, *Parallax*, 17:4, p. 32-48, DOI: 10.1080/13534645.2011.605576.

¹⁷ A 18 de março de 1962, o então Presidente da República Francesa, o General Charles de Gaulle, ratificou os Acordos de Evian que conduziram à independência da Argélia, em julho do mesmo ano.